

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2022

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ**
Secretaria de Estado da Administração

Concurso Público para o cargo de Fiscal da Receita Estadual (FRE)

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PRIMEIRA FASE EXAME DE CONHECIMENTOS (PROVAS OBJETIVAS) CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A obra prima de Goethe é o drama trágico Fausto, sobre o mito do homem moderno.

- Verifique se este caderno contém 60 questões, numeradas de 1 a 60. Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Legislação Tributária do Amapá**

1. A Fábrica de Bolachas CVB Ltda. fabrica bolachas que são vendidas a vários atacadistas amapaenses, os quais, por sua vez, as revendem para centenas de varejistas localizados no Estado do Amapá. Caso determinada norma da legislação tributária amapaense estabeleça que o lançamento e pagamento do ICMS incidente sobre essas operações sejam adiados para o momento em que o estabelecimento varejista efetue a venda dessa mercadoria a consumidor final, cabendo ao varejista a responsabilidade pelo pagamento do ICMS incidente sobre todas as operações realizadas, estaremos diante de uma situação jurídico-tributária que a Lei estadual nº 400, de 22 de dezembro de 1997, identifica como sendo de
- (A) não incidência.
 - (B) diferimento.
 - (C) moratória.
 - (D) remissão.
 - (E) reducionismo plurifásico.
-
2. A Indústria Oiapoque Ltda., localizada no Município de Oiapoque/AP, é substituta tributária em relação ao ICMS incidente nas subsequentes operações com mercadorias dentro do Estado do Amapá, relativamente às mercadorias de sua fabricação. O Mercadinho Macapá Ltda., estabelecimento varejista localizado em Macapá/AP, que não aderiu ao regime especial específico para ajuste do imposto pago por substituição tributária, vende à sua clientela os produtos fabricados pela referida indústria.
- De acordo com Decreto nº 2.269, de 24 de julho de 1998, e tendo em conta as operações realizadas com as mercadorias acima referidas,
- (A) caso o Mercadinho Macapá Ltda. promova a saída dessas mercadorias, adotando como base de cálculo valor superior àquele utilizado para a retenção antecipada do ICMS por substituição tributária, caberá à indústria fazer a complementação do imposto devido.
 - (B) caso o Mercadinho Macapá Ltda. promova a saída dessas mercadorias, adotando como base de cálculo valor superior àquele utilizado para a retenção antecipada do ICMS por substituição tributária, caberá ao Mercadinho fazer a complementação do imposto devido, podendo compensá-lo com eventuais valores de imposto a restituir, decorrentes de operações da mesma natureza.
 - (C) o Mercadinho Macapá Ltda. não poderá utilizar crédito fiscal relativamente a essas aquisições, salvo se houver exceções expressas nesse sentido.
 - (D) caso o Mercadinho Macapá Ltda. promova a saída dessas mercadorias, adotando como base de cálculo valor inferior àquele utilizado para a retenção antecipada do ICMS por substituição tributária, caberá ao Mercadinho pleitear a restituição de importância eventualmente paga a mais.
 - (E) caso o Mercadinho Macapá Ltda. promova a saída dessas mercadorias, adotando como base de cálculo valor inferior àquele utilizado para a retenção antecipada do ICMS por substituição tributária, a restituição da importância paga a mais poderá caber tanto à indústria como ao Mercadinho, dependendo de qual deles comprovar ter arcado com o referido encargo tributário.
-
3. Em 2021, a Prefeitura Municipal de Oiapoque/AP, desejando evitar despesas com a aquisição de veículos automotores, optou por alugar, de empresa locadora sediada em Macapá/AP, veículos de carga necessários ao desempenho de tarefas administrativas. Essa Prefeitura decidiu, ainda, comprar uma ambulância que prestará serviços de remoção de doentes, os quais serão gratuitos para aqueles que não puderem pagar por ele. Por fim, uma empresa particular sediada no mesmo Município fez a aquisição de um trator, que vai servir de tração para o "bondinho" que vai levar turistas para conhecer as belezas da cidade.
- Com base nessas informações, no que dispõe o Decreto estadual nº 3.340, de 14 de dezembro de 1995, e considerando que todos os veículos se encontram registrados e licenciados no Amapá, há IPVA a ser pago a esse Estado, relativamente
- (A) aos veículos de carga e ao trator, apenas.
 - (B) aos veículos de carga, à ambulância e ao trator.
 - (C) à ambulância e ao trator, apenas.
 - (D) aos veículos de carga e à ambulância, apenas.
 - (E) ao trator, apenas.
-
4. O Decreto nº 1.173, de 1º de abril de 2016, instituiu o Sistema de Fiscalização Eletrônica Checkin-Gran, estabeleceu os procedimentos de fiscalização do trânsito de mercadorias e deu outras providências.
- Para operacionalizar os procedimentos de controle previstos nesse Decreto, foram instituídos, no âmbito da SEFAZ/AP, diversos documentos, dentre os quais se encontram
- (A) o Documento Auxiliar de Desembaraço Eletrônico (DAD-e), o Selo de Movimentação de Combustíveis Líquidos (SMCL) e a Autorização de Transferência.
 - (B) a Autorização de Transferência de Substâncias Inflamáveis (ATSI), o Termo de Lacre para Vistoria e o Termo de Saída de Unidade de Carga.
 - (C) o Registro Extemporâneo de Ingresso, o Atestado de Ingresso de Mercadoria Eletrônico (AIM-e) e o Registro Especial de Trânsito de Semoventes (RETS).
 - (D) o Termo de Saída de Unidade de Carga, o Atestado de Ingresso de Mercadoria Eletrônico (AIM-e) e o Selo Fiscal de Entrada Eletrônico (SF-e).
 - (E) o Selo de Movimentação de Combustíveis Líquidos (SMCL), o Documento Auxiliar de Desembaraço Eletrônico (DAD-e) e a Autorização de Transferência de Substâncias Inflamáveis (ATSI).



5. De acordo com o Decreto federal nº 517, de 8 de maio de 1992, a entrada de mercadorias estrangeiras na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) far-se-á com suspensão do
- (A) Imposto de Importação, do ICMS e do IPI, apenas.
 - (B) ICMS e do IPI, apenas.
 - (C) ICMS e do Imposto de Importação, apenas.
 - (D) IPI, do ICMS, do Imposto de Importação e do PIS/COFINS.
 - (E) IPI e do Imposto de Importação, apenas.
-
6. Eleodora não tinha descendentes, ascendentes, cônjuge ou companheiro. Em razão disso, por meio de testamento, ela dispôs de todos os seus bens da seguinte maneira:
- I. instituição de usufruto vitalício do apartamento de sua propriedade, localizado em Macapá/AP, a favor de Beatriz e transmissão de sua nua-propriedade a Celso.
 - II. transmissão, para Donizete, do domínio útil de bem imóvel localizado na cidade de Tartarugalzinho/AP.
 - III. instituição de fideicomisso sobre o imóvel em que reside, no Município de Itaubal/AP, a favor de Janete, herdeira fiduciária, que deverá transmiti-lo ao primeiro descendente que Ciro eventualmente venha a ter (prole eventual), e desde que esse descendente venha a se graduar em medicina.
- Tendo Eleodora falecido em junho de 2022, na cidade de Itaubal/AP, de acordo com o disposto na Lei estadual nº 400, de 22 de dezembro de 1997, o ITCD incide nas situações descritas em
- (A) I, apenas.
 - (B) em I e II apenas.
 - (C) em I e III, apenas, sendo que, na situação III, só haverá incidência na substituição fideicomissária.
 - (D) em I, II e III, sendo que, na situação III, haverá incidência tanto na instituição do fideicomisso, como na subsequente substituição fideicomissária, caso ela venha a ocorrer.
 - (E) em II e III, apenas, sendo que, na situação III, só haverá incidência na instituição do fideicomisso.
-
7. Joaquim e Ana, domiciliados em Manaus/AM, prometeram a Alfredo, seu filho, domiciliado em Santana/AP, que lhe doariam o terreno de propriedade do casal, localizado no Município de Ilhéus/BA, se o jovem se formasse engenheiro até o final do ano de 2021. Alfredo, às vésperas da publicação das notas finais, em dezembro de 2021, acreditando firmemente que havia concluído seu curso no prazo, efetuou o pagamento do ITCD devido à unidade federada competente para exigir o imposto sobre essa transmissão, pois, caso contrário, o tabelião amapaense não lavraria a escritura de doação.
- Ocorre, todavia, que, por razões que o próprio Alfredo desconhece, ele não conseguiu nota suficiente para se formar e, como consequência, os pais não efetuaram a doação do imóvel por conta do qual o ITCD havia sido recolhido antecipadamente.
- Diante dessa situação, e com base no disposto na Lei estadual nº 400, de 22 de dezembro de 1997,
- (A) Alfredo poderá pedir a restituição do imposto ao Estado do Amapá, pois o ato ou negócio jurídico que deu causa ao pagamento não se formalizou.
 - (B) o Estado do Amapá não tem nada a restituir a Alfredo.
 - (C) somente Joaquim ou Ana poderá pleitear a restituição do imposto ao Estado do Amapá.
 - (D) Joaquim e Ana deverão pleitear, em conjunto, a restituição do imposto ao Estado do Amapá.
 - (E) Joaquim e Ana só poderão pleitear a restituição do imposto ao Estado do Amapá, se comprovarem que foram eles que efetuaram o pagamento antecipado do ITCD em favor de seu filho.
-
8. A legislação do ICMS permite que a Escrituração Fiscal Digital (EFD) possa ser retificada pelo contribuinte. De acordo com a disciplina estabelecida no Decreto nº 2.269, de 24 de julho de 1998, a retificação
- (A) poderá ser efetuada mediante envio de outro arquivo, para substituição integral do arquivo digital original, ou, excepcionalmente, mediante envio de arquivo digital complementar, nos casos em que a retificação importe aumento do débito do imposto.
 - (B) de EFD de período de apuração que tenha sido submetido ou esteja sob ação fiscal não produzirá efeito antes de sua ratificação pela autoridade fiscal competente, ou por seu superior imediato.
 - (C) não produzirá efeito, quando o débito constante da EFD objeto da retificação tiver sido enviado para inscrição em Dívida Ativa, ainda que a retificação não altere o referido débito.
 - (D) será efetuada, necessariamente, mediante envio de outro arquivo para substituição integral do arquivo digital da EFD regularmente recebido pela administração tributária.
 - (E) de EFD de período de apuração que tenha sido submetido ou esteja sob ação fiscal só poderá ser feita mediante envio de arquivo digital complementar referente à parte da escrituração que eventualmente não esteja abrangida pela ação fiscal.



9. Hélio, proprietário da empresa Sol Ltda., localizada em Santana/AP, conduzindo o caminhão de propriedade dessa mesma empresa, foi até Cuiabá/MT para retirar mercadorias adquiridas de fornecedor da Sol Ltda. e, em seguida, transportá-las até o estabelecimento adquirente. Ocorre, todavia, que, por ocasião do transporte dessas mercadorias com destino à Sol Ltda., não havia o CT-e nem o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte eletrônico (DACTE) para ser apresentado à SUFRAMA.

De acordo com o Convênio ICMS nº 134, de 5 de julho de 2019, a não apresentação desses documentos

- (A) não configurará irregularidade, desde que eles sejam disponibilizados à SUFRAMA ou à Secretaria da Fazenda do Amapá, nos 5 dias úteis que se seguirem à data de entrada dessas mercadorias no estabelecimento da empresa Sol Ltda.
- (B) configurará irregularidade, na medida em que pelo menos um desses dois documentos deve ser apresentado por Hélio à SUFRAMA.
- (C) não configurará irregularidade, desde que sejam disponibilizados à SUFRAMA os dados do veículo transportador e os do próprio Hélio.
- (D) configurará irregularidade, pois a dispensa de exibição desses documentos só alcança o transporte efetuado por transportadores autônomos domiciliados em Macapá/AP ou Santana/AP, e o transporte realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e por empresas de remessa expressa de correspondência, documentos e objetos.
- (E) não configurará irregularidade, desde que eles sejam disponibilizados à Secretaria da Fazenda do Amapá, no prazo fixado em notificação específica, feita por Fiscal da Receita Estadual, para esse fim.

10. O Decreto nº 1.173, de 1º de abril de 2016, estabelece, por meio do Sistema Checkin-Gtran, procedimento específico para a vistoria física e documental de bens e mercadorias procedentes de outras unidades da federação.

De acordo com a disciplina estabelecida por esse decreto,

- (A) no processamento no Sistema Checkin-Gtran, mediante o canal de conferência amarelo, será realizado, pelo agente de fiscalização estadual e por Auditor da Receita Federal, exame documental e físico de mercadoria de procedência estrangeira, com a exigência de documentação necessária ao desembaraço da mercadoria.
- (B) o submetimento dos documentos fiscais eletrônicos das mercadorias e bens procedentes de outra unidade da Federação a processamento no Sistema Checkin-Gtran será feito duas ou três vezes por semana.
- (C) no processamento no Sistema Checkin-Gtran, mediante o canal de conferência azul, a regularidade documental é atestada de forma integralmente manual, ficando autorizado o desembaraço da mercadoria ou bem.
- (D) o processamento no Sistema Checkin-Gtran consiste na seleção manual de carga para conferência, com base nas informações constantes de NF-e ou outro documento que lhe venha substituir, permitida a seleção eletrônica apenas em relação às mercadorias de origem estrangeira.
- (E) no processamento no Sistema Checkin-Gtran, mediante o canal de conferência cinza, será realizado exame documental pelo agente de fiscalização, com a exigência de documentação e verificação física necessária ao desembaraço da mercadoria.

11. Marina e Alfredo, residentes em Minas Gerais, funcionários da Indústria BH Ltda., localizada em Belo Horizonte/MG, foram ao Amapá, a fim de vender para empresa Amapaense objetos de decoração fabricados pela empresa na qual trabalham. Ao retornarem para Belo Horizonte, levaram consigo, em sua bagagem, vários produtos de origem estrangeira, adquiridos em Macapá/AP.

Com base no Decreto federal nº 517, de 8 de maio de 1992,

- (A) a venda dos objetos de decoração de fabricação da empresa de Belo Horizonte para a empresa macapaense é tributada pelo ICMS com alíquota de 4%, sem direito ao crédito desse imposto no estabelecimento destinatário.
- (B) no que se refere aos produtos de origem estrangeira, a bagagem acompanhada será desembarcada com redução de 75% na base de cálculo do ICMS, alíquota zero de IPI e isenção de Imposto de Importação.
- (C) a venda dos objetos de decoração de fabricação da empresa de Belo Horizonte para a empresa macapaense é tributada pelo ICMS com alíquota de 4%, com direito ao crédito desse imposto no estabelecimento destinatário, no período de apuração em que a mercadoria foi adquirida.
- (D) no que se refere aos produtos de origem estrangeira, a bagagem acompanhada será desembarcada com isenção de tributos, observado o mesmo tratamento previsto na legislação aduaneira para a Zona Franca de Manaus.
- (E) a venda dos objetos de decoração de fabricação da empresa de Belo Horizonte para a empresa macapaense é tributada pelo ICMS com alíquota de 4%, com direito ao crédito desse imposto no estabelecimento destinatário, no período de apuração seguinte àquele em que a mercadoria foi adquirida.



12. Germano é proprietário de uma casa de *shows* e de uma empresa que comercializa produtos inflamáveis, localizadas no Estado do Amapá. Relativamente à primeira empresa, ele deve pagar uma taxa estadual mensal; em relação à segunda empresa, ele deve pagar uma taxa estadual anual.
- De acordo com o Decreto nº 7.907, de 29 de dezembro de 2003,
- (A) tratando-se de renovação, a taxa que for devida anualmente deverá ser paga até o último dia do mês seguinte àquele em que o fato gerador tenha sido iniciado.
 - (B) a taxa não paga no prazo regulamentar dará ensejo à cobrança de multa de 75%, quando o pagamento se verificar após 15 dias e até 60 dias subsequentes à data do recebimento do Auto de Infração.
 - (C) tratando-se de renovação, a taxa que for devida mensalmente deverá ser paga até o 5º dia útil do período objeto da renovação.
 - (D) a taxa não paga no prazo regulamentar dará ensejo à cobrança de multa de 25%, quando o pagamento se verificar após o 60º dia subsequente ao término do prazo, tenha sido ou não iniciada ação fiscal.
 - (E) a taxa não paga no prazo regulamentar dará ensejo à cobrança de multa de 15%, quando o pagamento se verificar nos 15 dias subsequentes ao término do prazo, e desde que não tenha sido iniciada ação fiscal.
-
13. De acordo com a disciplina estabelecida no Decreto nº 2.269, de 24 de julho de 1998, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) deverá ser utilizada pelos contribuintes do ICMS,
- (A) em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, e à Nota Fiscal de Produtor, modelo 4, vedada sua utilização, sem amparo em regime especial específico, quando um mesmo sujeito passivo for contribuinte do ICMS e também do IPI.
 - (B) em operações internas, ficando obrigada a emissão da Nota Fiscal, Modelo 1 ou 1-A, quando se tratar de contribuinte de ambos os impostos ou de operações ou prestações interestaduais.
 - (C) em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, e à Nota Fiscal de Produtor, modelo 4, desde que, no caso dos produtores, eles possuam inscrição no CAD/ICMS do Estado do Amapá.
 - (D) em operações internas, ficando obrigada a emissão da Nota Fiscal, Modelo 1 ou 1-A, quando se tratar de operações ou prestações interestaduais.
 - (E) bem como do IPI, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, e à Nota Fiscal de Produtor, modelo 4, vedada sua utilização, em qualquer caso, para documentar operações com mercadorias de origem estrangeira.
-
14. De acordo com o Decreto estadual nº 1.507, de 04 de junho de 2001, o Procurador Fiscal junto ao Conselho Estadual de Recursos Fiscais (CERF)
- (A) poderá assistir e participar das sessões de julgamento do Conselho, bem como requerer diligência ao Presidente ou ao relator, quando o último estiver de posse do processo.
 - (B) exercerá a representação da Fazenda Estadual nesse órgão, juntamente com um Auditor da Receita Estadual e um Fiscal da Receita Estadual, a serem designados pelo Secretário da Fazenda, para período de três anos.
 - (C) não poderá atuar no CERF, caso a prima de sua esposa seja Conselheira desse órgão.
 - (D) poderá recorrer de ofício ao Presidente desse órgão, das decisões do Conselho, unânimes ou não, contrárias à Fazenda, no prazo de 15 dias, contados da data da realização da sessão de julgamento.
 - (E) exercerá a representação da Fazenda Estadual nesse órgão, juntamente com um Fiscal da Receita Estadual, a ser designado pelo Secretário da Fazenda, para período de três anos.
-
15. De acordo com o Convênio ICMS nº 134, de 5 de julho de 2019, o internamento de produtos que ingressarem nas áreas incentivadas, após 120 dias contados a partir da data de emissão da NF-e, poderá ser formalizado perante
- (A) a SUFRAMA e as Secretarias de Fazenda dos estabelecimentos remetente e destinatário, mediante o procedimento denominado diligência de constatação, que consistirá na realização de procedimentos tendentes a identificar a causa do ingresso tardio na área incentivada.
 - (B) a SUFRAMA e a SEFAZ do estabelecimento destinatário, mediante o procedimento excepcional denominado vistoria extemporânea, que consistirá na vistoria documental e física dos produtos ingressados nas áreas incentivadas de que trata este convênio.
 - (C) a SUFRAMA e a SEFAZ do estabelecimento destinatário, mediante o procedimento excepcional denominado diligência de constatação, que consistirá na realização de procedimentos tendentes a identificar a causa do ingresso tardio na área incentivada.
 - (D) a SEFAZ do estabelecimento remetente, mediante o procedimento denominado vistoria técnica, que consistirá na vistoria documental e física dos produtos ingressados nas áreas incentivadas de que trata este convênio.
 - (E) as Secretarias de Fazenda dos estabelecimentos remetente e destinatário, mediante o procedimento excepcional denominado diligência de constatação, que consistirá na realização de procedimentos tendentes a identificar a causa do ingresso tardio na área incentivada.

**Tecnologia da Informação Aplicada à Auditoria Tributária**

Atenção: Para responder às questões de números 16 e 17 utilize as informações abaixo.

Considere as seguintes tabelas relacionais e seus respectivos campos:

Tabela1: CPF-Contribuinte, Nome-Contribuinte, Idade-Contribuinte

Tabela2: CNPJ-Contribuinte, RazaoSocial, UF, CPF-Contribuinte

CPF-Contribuinte e CNPJ-Contribuinte são definidos como Primary-Key, Unique.

16. Com base nessas informações, é correto afirmar:

- (A) A Tabela1 não seria uma entidade no Modelo Entidade-Relacionamento porque o CPF-Contribuinte está em duas tabelas.
- (B) Ambas as tabelas se relacionam em cardinalidade n:m.
- (C) A Tabela1 se relaciona com a Tabela2 na ordem de cardinalidade 1:n.
- (D) A Tabela2 e a Tabela1 podem ser unificadas em uma única tabela relacional normalizada.
- (E) A Tabela1 se relaciona com a Tabela2 na ordem de cardinalidade n:1.

17. O campo

- (A) CNPJ-Contribuinte é considerado chave estrangeira na Tabela1.
- (B) CPF-Contribuinte é considerado chave estrangeira na Tabela2.
- (C) CPF-Contribuinte não é considerado chave estrangeira na Tabela2 porque é *Unique* na Tabela1.
- (D) CPF-Contribuinte é considerado chave estrangeira na Tabela1.
- (E) CNPJ-Contribuinte é considerado chave estrangeira na Tabela2.

18. Usando a linguagem SQL, um fiscal escreveu corretamente, em uma consulta, a expressão `WHERE Nome-Contribuinte LIKE 'p%o'`. Com isso ele obteve nomes de contribuintes como, por exemplo,

- (A) Paulo ou Pedro.
- (B) Augusto e Jordão.
- (C) Paulo ou Paula.
- (D) Álvaro ou Augusto.
- (E) Paula ou Patricio.

19. Considere o Grupo B – Identificação da Nota Fiscal eletrônica, do Sistema Nota Fiscal Eletrônica. De acordo com o leiaute desse grupo, conforme consta no Manual de Orientação do Contribuinte, versão 7.0, o código 55 do modelo do documento fiscal deve ser utilizado para indicar

- (A) uma NF-e emitida em substituição ao modelo 1 ou 1A.
- (B) a natureza da operação de que decorrer a saída ou a entrada de produtos.
- (C) uma NFC-e utilizada nas operações de venda no varejo.
- (D) o tipo de operação de entrada de produtos.
- (E) o tipo de operação interestadual.

20. De acordo com o Guia Prático EFD-ICMS/PI - v. 3.1.0, se a empresa utiliza notas fiscais modelo 1 ou 1A (código 01) e cupom fiscal, deve dispor os registros no arquivo da seguinte forma: para cada documento modelo 1 ou 1A, deve informar um registro C100 e seus respectivos registros "filhos". Logo após, deve informar, por equipamento ECF, juntamente com seus respectivos "Registros Filhos", os registros

- (A) C176.
- (B) C170.
- (C) 0150.
- (D) 0000.
- (E) C400.



21. De acordo com o Leiaute e Regras de Validação da NF-e e da NFC-e do Manual de Orientação do Contribuinte – Versão 7.0, o Grupo D trata
- (A) de Produtos e Serviços da NF-e.
 - (B) de Tributos incidentes no Produto ou Serviço.
 - (C) do Detalhamento de Produtos e Serviços da NF-e.
 - (D) da Identificação do Fisco Emitente da NF-e.
 - (E) da Identificação da Nota Fiscal eletrônica.
-
22. Considere o Guia Prático EFD ICMS IPI - v. 3.1.0.
- Dentro de cada bloco, os registros
- (A) devem ser dispostos de forma sequencial e descendente, conforme estruturados.
 - (B) devem ser dispostos aleatoriamente, desde que referenciem os registros adjacentes.
 - (C) devem ser dispostos de forma sequencial e ascendente, conforme estruturados.
 - (D) devem ser dispostos aleatoriamente, desde que referenciem os primeiros e últimos registros do bloco a que pertencem.
 - (E) mandatários do bloco devem informar quantos registros existem nesse bloco e qual sequência irão obedecer: ascendente ou descendente.
-
23. O Guia Prático EFD-ICMS/IPI - v. 3.1.0 define que o
- (A) registro 0150 representa os totais de registros do tipo 5 e serve de controle de apuração de declarações fiscais ou quaisquer outros itens concernentes às transações fiscais e aos movimentos de estoques em processos.
 - (B) registro C197 trata do arquivamento digital de informações de mercadorias e serviços, sejam de natureza nacional ou internacional, de acordo com a legislação vigente.
 - (C) bloco H representa os relacionamentos entre os registros tipo 9 que registram movimentos de estoques em processos produtivos e os insumos de natureza fiscal oriundos de transações internacionais.
 - (D) registro 0200 objetiva informar mercadorias, serviços, produtos ou quaisquer outros itens concernentes às transações fiscais e aos movimentos de estoques em processos produtivos, bem como os insumos.
 - (E) bloco E registra os resultados obtidos no processo de escrutínio realizado na fiscalização de estabelecimentos comerciais submetidos à malha fiscal, de acordo com a legislação pertinente.
-
24. Fatores de desenho (ou de projeto) são fatores que podem influenciar o projeto do sistema de governança de uma organização e conduzi-lo, com sucesso, no uso estratégico de TI. O COBIT 2019 define que eles podem ser qualquer combinação dos seguintes elementos, por exemplo: Estratégia Organizacional, Objetivos Organizacionais, Perfil de Risco da organização, Problemas relacionados à TI, Cenário de Ameaças, Requisitos de Conformidade, dentre outros, onde um deles é o Modelo de Provimento de TI, que pode ser classificado como
- (A) Métodos Ágeis, DevOps e Tradicional.
 - (B) Terceirização, Nuvem e Desenvolvimento Interno.
 - (C) Pioneiro, Seguidor e Adoção Tardia.
 - (D) Pequeno, Médio e Grande.
 - (E) Baixo, Alto e Normal.
-
25. Dentre os doze Princípios do Manifesto Ágil, incluem-se:
- (A) respeito ao cliente, economia de recursos e paralelismo.
 - (B) resiliência, motivação e trabalho em pares.
 - (C) simplicidade, motivação e paralelismo.
 - (D) especificidade, longevidade do *software* e prazos curtos.
 - (E) funcionalidade, satisfação do cliente e trabalho em conjunto.
-
26. Considere as seguintes especificações de requisitos de *software*:
- I. O sistema deve calcular a dívida do contribuinte aplicando a alíquota de 15% quando o lucro ultrapassar o teto de contribuição.
 - II. O tempo de resposta da consulta à dívida ativa da empresa não deve ultrapassar os 13 ms em situações normais de processamento.
 - III. O SLA (Acordo de Nível de Serviço) com o contribuinte consulente deve prever jornada de 24 horas/dia × 7 dias por semana.
 - IV. A tela de consulta à dívida ativa só pode ser acessada mediante *login* e senha corretos correspondentes àqueles designados ao CNPJ do contribuinte consulente.
- Esses requisitos são, correta e respectivamente, dos tipos
- (A) funcional, não funcional, não funcional e funcional.
 - (B) funcional, técnico, de sistema e não funcional.
 - (C) não funcional, não funcional, técnico e de sistema.
 - (D) não funcional, de usuário, técnico e funcional.
 - (E) funcional, técnico, de usuário e não funcional.



27. Considere a contagem de Pontos de Função (PF) para três Arquivos Lógicos Internos (ALI), que possuem as seguintes especificações:

- I. 4 TD e 1 TR.
- II. 7 TD e 2 TR.
- III. 8 TD e 2 TR.

Dado:

TD = Tipos de Dados

TR = Tipos de Registro

Dado que complexidades funcionais baixas equivalem a 7 pontos, médias a 10 pontos e altas a 15 pontos, a contribuição total em PF desses três ALIs é de

- (A) 27.
- (B) 30.
- (C) 22.
- (D) 21.
- (E) 32.

28. Considere os Componentes das Áreas de Processo do CMMI versão 1.3. Trata-se de um componente do tipo requerido e de um do tipo informativo, correta e respectivamente,

- (A) *Specific Goals* e *Generic Goals*.
- (B) *Subpractices* e *Specific Goals*.
- (C) *Generic Goals* e *Typical Work Products*.
- (D) *Related Process Areas* e *Generic Practices Elaborations*.
- (E) *Specific Practices* e *Generic Goals*.

29. No MPS.BR 2021, os modelos MPS estão descritos por meio de documentos em formato de guias que se referem a

- (A) *Software*, Requisitos, Gestão de Ativos e Terceirização.
- (B) *Software*, Serviços, Gestão de Pessoas e Avaliação.
- (C) Infraestrutura, Serviços, Gestão de Ativos e Gestão de Pessoas.
- (D) Infraestrutura, *Software*, Gestão de Pessoas e Automação.
- (E) Infraestrutura, *Software*, Segurança da Informação e Terceirização.

30. Para proteger as informações e a comunicação de dados que circulam em redes de computadores, o processo criptográfico tem por objetivo

- (A) a autenticação, a confidencialidade, o *hashing* e a temporização.
- (B) a sanitização de dados, a integridade, a temporização e o não repúdio.
- (C) o protecionismo, a confidencialidade, a verificação e a integridade.
- (D) a temporização, a autenticação, o não repúdio e a informatização.
- (E) a autenticação, a confidencialidade, o não repúdio e a integridade.

Contabilidade Avançada e Contabilidade de Custos

31. Em 31/12/2020, a empresa Corte & Costura S.A. praticava a taxa de juros de 15% ao ano nas suas vendas a prazo e, nessa data, realizou as seguintes vendas de mercadorias:

- Vendas à vista no valor de R\$ 4.000.000,00.
- Vendas a prazo no valor nominal de R\$ 1.380.000,00 para ser recebido integralmente em 31/12/2021.

Com base nestas informações, a empresa Corte & Costura S.A. deveria reconhecer

- (A) Receita de Vendas no valor de R\$ 5.200.000,00 no resultado do ano de 2020 e Receita Financeira no valor de R\$ 180.000,00 no resultado do ano de 2021.
- (B) Receita de Vendas no valor de R\$ 4.000.000,00 no resultado do ano de 2020 e Receita de Vendas no valor de R\$ 1.380.000,00 no resultado do ano de 2021.
- (C) Receita de Vendas no valor de R\$ 5.173.000,00 no resultado do ano de 2020 e Receita Financeira no valor de R\$ 207.000,00 no resultado do ano de 2021.
- (D) Receita de Vendas no valor de R\$ 5.380.000,00 no resultado do ano de 2020 e Receita Financeira no valor de R\$ 1.380.000,00 no resultado do ano de 2021.
- (E) Receita de Vendas no valor de R\$ 5.200.000,00 no resultado do ano de 2020 e Receita de Vendas no valor de R\$ 180.000,00 no resultado do ano de 2021.



Atenção: Considere as informações a seguir para responder às questões de números 32 e 33.

A Cia. Controladora adquiriu, em 01/01/2021, 80% das ações da Cia. Tudo Azul por R\$ 6.200.000,00 à vista e passou a deter o seu controle. Na data da aquisição, o valor contábil do Patrimônio Líquido da Cia. Tudo Azul era R\$ 5.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis dessa Cia. era R\$ 7.000.000,00, sendo que a diferença era decorrente de um terreno que a Cia. Tudo Azul havia adquirido anteriormente e estava contabilizado pelo valor de custo.

No período de 01/01/2021 a 31/12/2021, a Cia. Tudo Azul reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Lucro líquido do ano de 2021: R\$ 300.000,00
- Distribuição de dividendos: R\$ 100.000,00
- Ajustes acumulados de conversão de investida no exterior: R\$ 80.000,00 (positivo)

32. Com base nestas informações e sabendo que a Cia. Tudo Azul não alienou o terreno, a Cia. Controladora reconheceu, na Demonstração do Resultado de 2021,

- (A) Resultado de Equivalência Patrimonial de R\$ 160.000,00 e Receita de Dividendos de R\$ 80.000,00.
- (B) Resultado de Equivalência Patrimonial de R\$ 160.000,00.
- (C) Resultado de Equivalência Patrimonial de R\$ 224.000,00.
- (D) Resultado de Equivalência Patrimonial de R\$ 240.000,00 e Receita de variação cambial de R\$ 64.000,00.
- (E) Resultado de Equivalência Patrimonial de R\$ 240.000,00.

33. Sabendo que a Participação dos Não Controladores foi avaliada pela parte que lhes cabe no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da adquirida e que não houve reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), a Cia. Controladora, ao elaborar as Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31/12/2021, reconheceu como intangível, correspondente ao Ágio pago por Expectativa de Rentabilidade Futura na aquisição de controladas, o valor, em reais, de

- (A) 600.000,00.
- (B) 1.200.000,00.
- (C) 1.600.000,00.
- (D) 2.200.000,00.
- (E) 800.000,00.

34. A empresa Indústria Pesada S.A. produz um único produto e incorreu nos seguintes gastos durante o mês de julho de 2022 para a produção integral de 2.000 unidades:

Custos fixos: R\$ 42.000,00

Custos variáveis:

- Matéria-prima: R\$ 18,00/unidade
- Mão de obra direta: R\$ 8,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 6.000,00

Despesas variáveis: R\$ 4,00/unidade

Comissões de venda: 10% do preço de venda

As seguintes informações adicionais são conhecidas:

- Preço de venda: R\$ 200,00/unidade
- Impostos sobre a Venda: 10% da receita de vendas
- Quantidade vendida: 700 unidades

Sabendo que a empresa Indústria Pesada S.A. utiliza o Custeio por Absorção, o custo unitário da produção do período foi, em reais,

- (A) 26,00.
- (B) 30,00.
- (C) 50,00.
- (D) 47,00.
- (E) 54,00.



35. A Cia. Patins produz um único modelo de patins, com a seguinte estrutura de custos:

- Preço bruto unitário de vendas: R\$ 560,00
- Impostos sobre vendas: 10% sobre a receita bruta
- Custos variáveis: R\$ 230,00 por unidade
- Despesas fixas: R\$ 296.000,00 por mês
- Custos fixos: R\$ 800.000,00 por mês

Com base nessas informações, o ponto de equilíbrio contábil mensal da Cia. Patins, em número de unidades, é

- (A) 2.920.
- (B) 4.000.
- (C) 1.081.
- (D) 3.322.
- (E) 2.425.

Direito Tributário

36. A União, pretendendo tornar mais ágil e eficaz a fiscalização tributária, enviou para o Congresso Nacional projeto de lei ordinária federal alterando normas gerais atinentes a lançamento e decadência tributários.

Tal proposta é

- (A) inconstitucional em relação ao lançamento tributário, mas não em relação à decadência tributária.
- (B) constitucional, desde que haja regulamentação posterior pelos demais entes da Federação por decreto incorporando as alterações.
- (C) constitucional, desde que haja Resolução do Senado Federal no mesmo sentido da proposta.
- (D) inconstitucional, tanto em relação ao lançamento tributário, como em relação à decadência tributária.
- (E) constitucional, desde que haja posterior internalização pelos demais entes da Federação por meio de suas leis ordinárias.

37. Determinado Município, pretendendo recompor perdas na arrecadação tributária ocorridas no período da pandemia, em 2019 e 2020, resolveu, por meio de lei ordinária municipal, publicada no Diário Oficial do Município, em 29 de dezembro de 2021 (quarta-feira), instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, devendo sua cobrança ser feita na fatura de consumo da energia elétrica.

Nessa hipótese, esses fatos geradores serão alcançados pela referida contribuição

- (A) a partir de 01 de janeiro de 2022 em respeito à anterioridade.
- (B) a partir de 30 de dezembro de 2021, dia útil seguinte à sua instituição.
- (C) após 90 dias contados da sua instituição.
- (D) retroativamente aos dois últimos anos de sua instituição devido às perdas de arrecadação tributária na pandemia.
- (E) a partir de 29 de dezembro de 2021, data de sua instituição.

38. Instituição religiosa adquire cinco automóveis importados, de alto valor, para uso exclusivo no transporte de seus dirigentes, às celebrações semanais, na sua sede, na capital de determinado Estado; vinte veículos nacionais populares, para uso exclusivo no transporte de religiosos às celebrações em cidades do interior do Estado; e dois ônibus de fabricação nacional, para uso exclusivo no transporte coletivo de religiosos também aos locais de celebração.

Considerando que o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) incide sobre a propriedade dos veículos citados, devem ter a imunidade do IPVA reconhecida os

- (A) veículos nacionais populares, os importados e os ônibus.
- (B) veículos nacionais populares, somente.
- (C) automóveis nacionais que transportam os celebrantes, somente.
- (D) ônibus destinados a transporte coletivo, somente.
- (E) automóveis importados que transportam os dirigentes para as celebrações religiosas, somente.



39. Joaquim da Silva, viúvo, domiciliado e residente em Macapá/AP, faleceu enquanto visitava sua tia Maria, domiciliada e residente no Rio de Janeiro, a quem havia doado, meses antes do óbito, R\$ 100.000,00 em dinheiro e um imóvel de sua propriedade, localizado em São Paulo.

Por ocasião de seu falecimento, Joaquim deixou a José, seu único filho e herdeiro, a título de herança, dois imóveis localizados no Amapá, um imóvel localizado em Roraima e R\$ 200.000,00 depositados em conta corrente, em agência bancária de Salvador/BA.

O inventário judicial de Joaquim tramitou no Estado do Amapá.

Com base nestas informações, na Constituição Federal e considerando ausentes quaisquer normas isentivas, o sujeito ativo do imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos será, relativamente à

- (A) doação dos R\$ 100.000,00: Rio de Janeiro.
 (B) doação do imóvel em São Paulo: São Paulo.
 (C) herança do imóvel em Roraima: Amapá.
 (D) herança dos imóveis no Amapá: Rio de Janeiro.
 (E) herança dos R\$ 200.000,00: Bahia.
-
40. Manoel Salles faleceu, deixando esposa, três filhos e uma herança composta por apenas três veículos automotores, todos eles com débitos de IPVA relativos a vários exercícios. Por ocasião da realização do inventário e partilha desses bens, a viúva e os herdeiros ficaram em dúvida quanto à responsabilidade de cada um deles pelo valor do IPVA e das respectivas multas decorrentes dessa falta de pagamento.
- Nesse caso,
- (A) os herdeiros são pessoalmente responsáveis, mesmo que o valor dos tributos e das penalidades devidos ultrapasse o valor do quinhão recebido por cada um.
 (B) a viúva é pessoalmente responsável pelo valor total dos tributos e das penalidades devidos, mesmo que o valor total devido ultrapasse o valor da meação por ela recebida, enquanto os herdeiros são subsidiariamente responsáveis, na medida do quinhão recebido por cada um.
 (C) com o falecimento de Manoel, dá-se a remissão da totalidade do crédito tributário devido e não pago.
 (D) os herdeiros são pessoalmente responsáveis pelo valor total dos tributos e das penalidades devidos, mesmo que o valor total devido ultrapasse o valor do quinhão recebido por cada um, e a viúva é subsidiariamente responsável, na medida da meação por ela recebida.
 (E) o espólio é responsável pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da abertura da sucessão.
-
41. Em procedimento de fiscalização ocorrido em junho de 2022, em determinada empresa que se encontrava em precária situação financeira, Fiscal da Receita Estadual fiscaliza a atividade do contribuinte em relação à ocorrência dos fatos geradores do ano de 2019.
- Nova lei, referente aos fatos geradores fiscalizados, foi introduzida em 01 de janeiro de 2020, com vigência imediata, observados os princípios constitucionais aplicáveis, revogando-se a lei anterior.
- A legislação também foi alterada, em 01 de janeiro de 2020, com vigência imediata, para introduzir novos critérios de fiscalização e outorgar ao crédito tributário maiores garantias, com a inclusão de terceiros responsáveis.
- Tendo em vista estes fatos e com fundamento no CTN, a legislação a ser aplicada pelo Fiscal da Receita Estadual, respectivamente, quanto **(I)** à realização dos fatos geradores; **(II)** aos novos critérios de fiscalização e **(III)** à ampliação de garantias com inclusão de terceiros responsáveis está expressa, no quadro a seguir, em:

	(I)	(II)	(III)
A	lei vigente em 2019	legislação vigente em 2019	legislação vigente em 2019
B	lei vigente em 2019	legislação vigente em 2019	legislação vigente em 2020
C	lei vigente em 2019	legislação vigente em 2020	legislação vigente em 2019
D	lei vigente em 2020	legislação vigente em 2020	legislação vigente em 2019
E	lei vigente em 2020	legislação vigente em 2019	legislação vigente em 2019

42. Três empresas, **A**, **B** e **C**, do mesmo grupo econômico foram notificadas da lavratura de autos de infração, com a constituição de créditos tributários por meio de lançamento de ofício.

Em consulta ao advogado tributarista da empresa, resolveu-se o seguinte: pagar o débito exigido referente à empresa **A**, tendo em vista seu pequeno valor; parcelar o débito exigido referentemente à empresa **B**, tendo em vista seu valor elevado e pelo reconhecimento do cometimento da infração imputada a essa empresa; e impugnar administrativamente a exigência referente à empresa **C**, tendo em vista seu alto valor e a possibilidade jurídica de seu cancelamento.

Diante dessa situação,

- (A) **A** e **B** tiveram seus créditos extintos.
 (B) **A** e **C** tiveram seus créditos suspensos.
 (C) **B** teve seu crédito excluído e **C**, suspenso.
 (D) **A** teve seu crédito extinto e **B**, suspenso.
 (E) **B** teve seu crédito extinto e **C**, suspenso.



43. Empresa de aviação brasileira adquiriu duas aeronaves a jato, novas, da EMBRAER, sendo o jato **A** destinado às viagens internacionais e o jato **B** a viagens nacionais.

A aquisição destes jatos foi feita por meio de contrato de arrendamento mercantil, com início em janeiro de 2018 e término em junho de 2022, havendo cláusula de aquisição definitiva opcional ao término do contrato.

Concluído o prazo de vigência do contrato, em junho de 2022, a empresa de aviação exerceu seu direito de aquisição definitiva do jato **A**, por seu valor residual, mas não do jato **B**.

Considerando a operação de venda da aeronave **A**, ao final do contrato de arrendamento, bem como a operação de arrendamento da aeronave **B**, e tendo como base o disposto na Lei Complementar nº 87/96, a incidência do ICMS

- (A) ocorre em relação às aeronaves **A** e **B**, no exercício de 2018.
- (B) ocorre em relação à aeronave **A**, mas não ocorre em relação à aeronave **B**.
- (C) não ocorre em relação à aeronave **A**, nem em relação à aeronave **B**.
- (D) não ocorre em relação à aeronave **A**, mas ocorre em relação à aeronave **B**.
- (E) ocorre em relação às aeronaves **A** e **B**, no exercício de 2022.

44. Transportadora paulista é contratada para levar 120 geladeiras de fábrica localizada em Barueri/SP para Salvador/BA por meio terrestre.

Na pressa em iniciar o transporte o motorista do caminhão contratado não pegou a Nota Fiscal das mercadorias transportadas; trazendo consigo somente o Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas correspondente.

Ao ser parado pela fiscalização de trânsito estadual no Espírito Santo, por mais que tenha insistido com o fiscal de que o transporte teve seu início no Estado de São Paulo com destino final Salvador/BA, como indicado no Conhecimento de Transportes, recebeu auto de infração cobrando ICMS e multa devidos ao Espírito Santo por transportar mercadorias desacompanhadas de documento fiscal.

O Fiscal capixaba também arbitrou os valores das mercadorias no cálculo do débito fiscal exigido no auto de infração.

Com base na situação relatada e na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, quanto à indicação do Estado do Espírito Santo como Sujeito Ativo no auto de infração e ao arbitramento efetuado, a fiscalização

- (A) agiu corretamente no seu procedimento, podendo o valor arbitrado ser contestado na seara administrativa ou judicial.
- (B) agiu corretamente quanto ao Sujeito Ativo, mas não quanto ao arbitramento.
- (C) equivocou-se, tendo em vista que o Sujeito Ativo do ICMS das mercadorias seria o Estado de São Paulo, pois ali se deu o início da prestação do serviço de transporte, como indicado no Conhecimento de Transporte. O procedimento quanto ao arbitramento está correto.
- (D) equivocou-se, tendo em vista que Sujeito Ativo do ICMS das mercadorias seria o Estado da Bahia, pois ali se daria o término da prestação do serviço de transporte, como indicado no Conhecimento de Transporte. O procedimento quanto ao arbitramento está correto.
- (E) agiu corretamente no seu procedimento, não podendo o valor arbitrado ser contestado na seara administrativa.

45. Incêndio atinge grande parte de empresa que atua na revenda de computadores. Do seu estoque total de 45 computadores, adquiridos recentemente, e escriturados com crédito de ICMS em sua escrita fiscal, 5 foram salvos e enviados à seguradora, 10 permaneceram intactos e foram vendidos a preço de custo dois dias após o incêndio e os 30 restantes foram totalmente danificados.

Com base nestas informações e na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, haverá cobrança de ICMS em relação a

- (A) 45 computadores e nenhum estorno de crédito.
- (B) 10 computadores e estorno de crédito referente a 35 deles.
- (C) 15 computadores e estorno de crédito referente a 30 deles.
- (D) 5 computadores e estorno de crédito referente a 40 deles.
- (E) 20 computadores e estorno de crédito referente a 25 deles.

46. A denominada guerra fiscal do ICMS tem origem no descumprimento por determinados Estados da prescrição constitucional da obrigatoriedade de haver deliberação dos Estados e do Distrito Federal na concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais.

A Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, que dispõe sobre convênios para a concessão de isenções e incentivos fiscais do ICMS, prevê a

- (A) ratificação de Convênios, que deve ser feita por Decreto do Executivo do Estado interessado.
- (B) concessão de créditos presumidos, considerada incentivo fiscal, e a devolução total de tributo a contribuinte, assim não considerada.
- (C) ratificação de Convênios ICMS, que deve ser feita por lei ordinária estadual.
- (D) ratificação de Convênios ICMS, que deve ser feita por lei complementar estadual.
- (E) ratificação de Convênios ICMS, que deve ser feita por lei complementar federal.



47. Vereador, na intenção de resolver a inadimplência no pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) de seu Município envia à Câmara Municipal projeto de lei que condiciona o recebimento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de seus municípios ao pagamento dos eventuais débitos de ISSQN em atraso.

No caso de aprovação desta lei, municípios inconformados pretendem recorrer ao judiciário para efetuar o pagamento do seu IPTU em dia, sem ter necessariamente que quitar concomitantemente eventuais débitos em atraso de ISSQN.

É medida jurídica adequada ao caso:

- (A) Transação.
- (B) Consignação em pagamento.
- (C) Parcelamento.
- (D) Compensação.
- (E) Moratória.

48. Determinados Estados, buscando desenvolver sua economia, concederam por lei ordinária estadual, sem suporte em convênio firmado com base na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, benefícios fiscais referentes ao ICMS na realização de operações interestaduais com determinadas mercadorias àquelas empresas que neles se estabeleceram.

Em decorrência, centenas de adquirentes das mercadorias em operações interestaduais, cujas empresas remetentes se utilizaram destes benefícios fiscais, foram autuadas pelos fiscos dos Estados de destino, com a constituição por lançamento de ofício de crédito tributário de alto valor, tendo se tornado um problema nacional denominado “Guerra Fiscal do ICMS” travada entre os Estados.

Neste contexto, a Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, no que se refere à forma normativa da deliberação sobre remissão de créditos tributários e reinstituição de isenções, estabeleceu:

- (A) Convênio, nos termos da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, celebrado e ratificado por unanimidade das unidades federadas.
- (B) Leis ordinárias estaduais.
- (C) Leis complementares estaduais.
- (D) Convênio, nos termos da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, mas celebrado e ratificado por maioria de 2/3 das unidades federadas e 1/3 das integrantes de cada uma das 5 regiões do país.
- (E) Convênio, nos termos da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, mas celebrado e ratificado por maioria de 2/3 das unidades federadas e por maioria simples das integrantes de cada uma das 5 regiões do país.

49. De acordo com a Constituição Federal, normas relativas a critérios especiais de tributação, com objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, bem como normas de igual objetivo, mas que não veiculem tais critérios, poderão ser estabelecidas, respectivamente, por meio de

- (A) Lei complementar e Decreto do executivo federal.
- (B) Lei ordinária federal e Resolução do Senado Federal.
- (C) Resolução do Senado Federal e Decreto legislativo.
- (D) Lei ordinárias federais, estaduais, municipais e do DF.
- (E) Lei complementar e Lei ordinária federal.

50. De acordo com a Constituição Federal, o veículo normativo próprio para o estabelecimento de alíquota mínima para o IPVA, em âmbito nacional, é

- (A) o Decreto do Executivo estadual.
- (B) a Resolução do Senado Federal.
- (C) o Decreto legislativo.
- (D) a Lei complementar estadual.
- (E) a Lei complementar federal.

**Auditoria Tributária**

51. A Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público (Estrutura Conceitual)
- (A) estabelece que seus conceitos fundamentam a elaboração e a divulgação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público e do Setor Privado, os quais devem ser elaborados com base no regime de caixa, ou de competência quando expressamente indicado.
 - (B) define que os requisitos obrigatórios relacionados ao reconhecimento, mensuração e apresentação das transações e outros eventos e atividades evidenciados nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público são especificados na própria norma conceitual, afastando a aplicação de quaisquer conceitos descritos em outras normas contábeis.
 - (C) informa que os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público são os componentes centrais da transparência da informação contábil dos governos e de outras entidades do setor público, aprimorando-a e favorecendo-a.
 - (D) estabelece que os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público são relatórios contábeis elaborados para atender às necessidades de determinados grupos de usuários, podendo também atender a finalidades ou necessidades dos usuários em geral.
 - (E) aplica-se às empresas estatais, de direito público ou privado, em especial às empresas controladas que recebem do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal, despesas de custeio em geral ou despesas de capital, inclusive as que recebem apenas recursos provenientes de aumento de participação acionária.
-
52. Conforme a NBC TA 200 (R1), ao conduzir a auditoria contábil, os objetivos gerais do auditor são
- (A) obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro; e apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se como exigido pelas NBCs TA, em conformidade com o constatado.
 - (B) obter elevada segurança de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de qualquer distorção, fraude ou erro; e apresentar relatório para comunicar os resultados obtidos, depois de revisado e aprovado pela empresa contratante.
 - (C) se abster de emitir quaisquer opiniões; e apresentar relatório para a empresa contratante com os resultados objetivos encontrados, deixando de citar eventuais erros ou fraudes.
 - (D) aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários; e não permitir que boatos, evidências ou fatos relativos a distorções, erros ou fraudes sejam divulgados a terceiros.
 - (E) expressar sua opinião sobre os resultados patrimoniais e financeiros da empresa, no presente e no futuro; e aumentar o grau de confiança por parte dos clientes, fornecedores e investidores.
-
53. Existe uma NBC TA específica que se aplica quando o auditor independente decide usar amostragem na execução de procedimentos de auditoria. Segundo esta norma,
- (A) amostragem em auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria em menos de dez por cento dos itens de uma população qualquer para fins de auditoria, de maneira que as unidades selecionadas tenham chance elevada de comprovar que as demonstrações contábeis estão consistentes.
 - (B) risco de amostragem é o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, pudesse ser diferente se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria.
 - (C) ao definir uma amostra de auditoria, o auditor deve se abster de considerar a finalidade do procedimento de auditoria e as características da população da qual será retirada a amostra, e ser neutro, imparcial e objetivo.
 - (D) distorção tolerável é a aplicação do princípio da significância na execução da auditoria, e pode ter o valor igual ou superior ao valor da materialidade específica.
 - (E) o tamanho da amostra pode ser determinado mediante aplicação de fórmula com base em estatística ou pode ser aleatoriamente definido, mediante sorteio em computador de uso do auditor profissional.
-
54. Conforme a NBC TA 200 (R1), que trata das responsabilidades gerais do auditor independente, a evidência de auditoria
- (A) é dispensável para sustentar a opinião e o relatório do auditor profissional.
 - (B) é de natureza instantânea e primariamente obtida a partir de informações fornecidas pela administração da empresa antes do início da auditoria.
 - (C) abrange informações que sustentam e corroboram as afirmações da administração e informações que contradizem tais afirmações.
 - (D) deve ser obtida do modo que for possível e em quantidade abundante, e sua coleta e avaliação devem representar a segunda maior parte do trabalho do auditor na formação de sua opinião, atrás apenas do tempo gasto na elaboração de relatórios.
 - (E) deve ser obtida em especial fora da empresa, sendo que os registros contábeis da entidade são uma fonte secundária de evidência de auditoria, dado o risco de serem falsos.



55. A NBC TA 240 (R1) dispõe sobre fraude no contexto de auditoria contábil. Conforme a citada norma,
- (A) a principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é do auditor independente e, em seguida, dos responsáveis pela governança e administração da entidade.
 - (B) o risco do auditor não detectar uma distorção relevante cometida por empregados é maior do que no caso de fraude decorrente de fraude da administração, porque a administração dificilmente tem condições de acessar diretamente os registros contábeis.
 - (C) o risco de não ser detectada uma distorção relevante decorrente de erro é mais alto do que o risco de não ser detectada uma fraude decorrente de fraude.
 - (D) o auditor que realiza auditoria de acordo com as normas de auditoria é responsável por obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, não contêm distorções relevantes, causadas por fraude ou erro.
 - (E) o auditor deve manter-se tranquilo durante a auditoria, tendo em mente que procedimentos de auditoria têm elevada eficácia na detecção de distorções relevantes decorrentes de fraudes e de erros.
-
56. No decorrer de uma auditoria em empresa comercial, a autoridade tributária constatou a ocorrência de saldo credor de caixa. Um evento passível de explicar tal descoberta seria a
- (A) compra de veículo, para uso do sócio, sem os registros contábeis do recebimento do veículo e da saída de caixa.
 - (B) ausência de lançamento contábil das despesas de depreciação de máquinas e equipamentos da empresa.
 - (C) venda de mercadorias, em espécie, sem o registro contábil dos valores recebidos na conta caixa.
 - (D) distribuição disfarçada de lucros aos sócios, em espécie, sem registrar na conta caixa o evento contábil.
 - (E) omissão de lançamento das despesas bancárias com tarifas e juros pagos nas contas adequadas.
-
57. Manuel, durante a realização de auditoria de demonstrações contábeis, identificou indícios de fraude em determinado evento de suprimento de caixa. Conforme a NBC TA 240 (R1), Manuel deve
- (A) aceitar os registros e os documentos como legítimos.
 - (B) examinar, ao identificar tal indício de distorção relevante decorrente de fraude, os registros de estoque da entidade para ajudar na contagem dos estoques físicos.
 - (C) responder aos riscos identificados de distorção relevante decorrente de fraude, por exemplo, designando mais pessoas, dentre os estagiários e pessoas em treinamento, para analisar o caso.
 - (D) tratar a informação com completo sigilo e evitar que o assunto seja levado à atenção de qualquer pessoa da administração da entidade, até a publicação do relatório final da auditoria.
 - (E) fazer indagações à administração e a outros responsáveis da entidade, conforme apropriado, para determinar se eles têm conhecimento de quaisquer casos reais, suspeitas ou indícios de fraude, que afetem a entidade.
-
58. O auditor responsável pela auditoria da entidade Casa das Cortinas Ltda. entende ser adequado utilizar procedimento de confirmação externa.
- A NBC TA 330 (R1) elenca expressamente situações em que os procedimentos de confirmação externa podem fornecer evidência de auditoria relevante em resposta aos riscos identificados de distorção relevante, entre as quais
- (A) saldos e prazos de contas a receber.
 - (B) atualização a valor presente de contas a receber.
 - (C) aquisição de mercadorias não contabilizadas com pagamento em espécie.
 - (D) avaliação a valor justo de investimentos em outras empresas.
 - (E) lides judiciais passivas da entidade geridas por advogados externos.
-
59. Antônio, autoridade tributária competente para fiscalizar e lançar ICMS no Estado do Amapá, no âmbito de levantamento fiscal realizado na Empresa Vende Mais Ltda., não optante pelo Regime do Simples Nacional, cuja atividade principal é a compra e venda de mercadorias no Estado, constatou a ocorrência de baixa fictícia de títulos a receber, de fato ainda não recebidos.
- Conforme a legislação estadual relativa ao ICMS e as normas contábeis da NBC, respectivamente, a constatação de baixa fictícia de títulos a receber
- (A) não afeta o valor do imposto a pagar e deve ser considerada como de baixa materialidade.
 - (B) permite presumir a ocorrência de operação tributada pelo ICMS e pode ser indício de fraude nos registros contábeis.
 - (C) leva o contribuinte a ser classificado de ofício no Regime do Simples Nacional e ao início de auditoria com auditor independente.
 - (D) torna a escrita fiscal não revestida das formalidades legais e o auditor deve considerar a realização de avaliação a preço justo do saldo da conta fornecedores do passivo.
 - (E) obriga o auditor a arbitrar o valor das operações de entrada a prazo e a avaliar a conta fornecedora a valor presente.
-
60. A empresa Bem Barato Ltda. tinha em estoque cinco máquinas de lavar roupa da marca Bem Boa. Como a empresa precisava melhorar os índices de liquidez, o gerente da empresa, após vender uma máquina por mil reais à vista, em dinheiro, escriturou na contabilidade que tinha realizado a venda de cinco máquinas, sendo uma à vista, e quatro a prazo, fazendo os correspondentes lançamentos nas contas estoque, caixa e clientes, entre outras. Logo em seguida, a empresa foi submetida a procedimento de fiscalização por parte da autoridade tributária estadual competente para fiscalizar e lançar o ICMS. No decorrer dos trabalhos foi constatada a diferença mediante o controle físico dos bens, entre o número de unidades estocadas (quatro) e os valores de saldo inicial, entradas (cinco) e saídas (cinco) de unidades da máquina Bem Boa. Em decorrência desta constatação,
- (A) a empresa deve oferecer à tributação os valores relativos às quatro unidades que a contabilidade indica terem sido vendidas.
 - (B) ficou demonstrada a entrada de bens não contabilizados.
 - (C) foi identificado o suprimento de caixa sem comprovação de origem do numerário.
 - (D) a escrituração contábil da empresa deve ser destruída, desde o início do período, para ser refeita a partir do zero.
 - (E) a distorção nas demonstrações contábeis da empresa deve ser considerada como decorrente de fraude.